



NOVA ESTAÇÃO ANTÁRTICA "COMANDANTE FERRAZ"

FOTO: Marinha do Brasil

Capitão de Mar e Guerra (RM1) **LEONARDO FARIA DE MATTOS**

Encarregado do Setor de Geopolítica - EGN

Mestre em Estudos Estratégicos pela UFF / Mestre em Ciências Navais pela EGN

INTRODUÇÃO

E Em janeiro de 1964, o Capitão de Corveta Salvio Augusto de Oliveira Martins, aperfeiçoado em hidrografia, foi o primeiro oficial da Marinha do Brasil a chegar ao continente antártico. A viagem do primeiro militar brasileiro à Antártica, iniciada no final de 1963, foi cercada de tanto sigilo que, ainda hoje, pouco se conhece sobre as razões que levaram o Chile a convidar o Brasil para participar de sua expedição, tampouco os detalhes dessa comissão. Dezenove anos depois, em janeiro de 1983, chegava à Antártica a primeira expedição brasileira, com os navios "Barão de Teffé", da Marinha do Brasil, e "Professor Besnard", da Universidade de São Paulo.

No ano seguinte, em fevereiro de 1984, era inaugurada a Estação Antártica "Comandante Ferraz" (EACF), na Ilha Rei Jorge. Em fevereiro de 2012, um grande incêndio destruiu praticamente toda a estação, que além das perdas materiais levou a óbito dois militares da Marinha do Brasil, membros do grupo base, que tentavam controlar as chamas. O Brasil manteve suas pesquisas na região por meio dos navios NPo "Almirante Maximiano" e NApOc "Ary Rongel", bem como pela expedita instalação, em fevereiro de 2013, de módulos antárticos emergenciais, que serviram de estação provisória para nossos pesquisadores e o grupo base de 16 militares que mantêm a estação.



No dia 15 de janeiro de 2020, quase oito anos após o trágico incêndio, foi inaugurada pelo Vice-Presidente da República, General Hamilton Mourão, com a presença de diversas autoridades civis e militares, a nova EACF, localizada na mesma posição que a anterior. Projetada pelo escritório de arquitetura brasileiro “Estúdio 41”, foi construída pela empresa chinesa China National Electronics Import & Export Corporation (CEIEC), por um custo de US\$ 100 milhões. É considerada a mais moderna e bem equipada estação de pesquisa da Península Antártica e uma das mais modernas de todo continente, com uma capacidade de alojar até 64 pessoas.

Nesse momento, julgo oportuno tecer breves considerações sobre a história do interesse pelo continente e algumas projeções para o futuro.

O INTERESSE PELA ANTÁRTICA

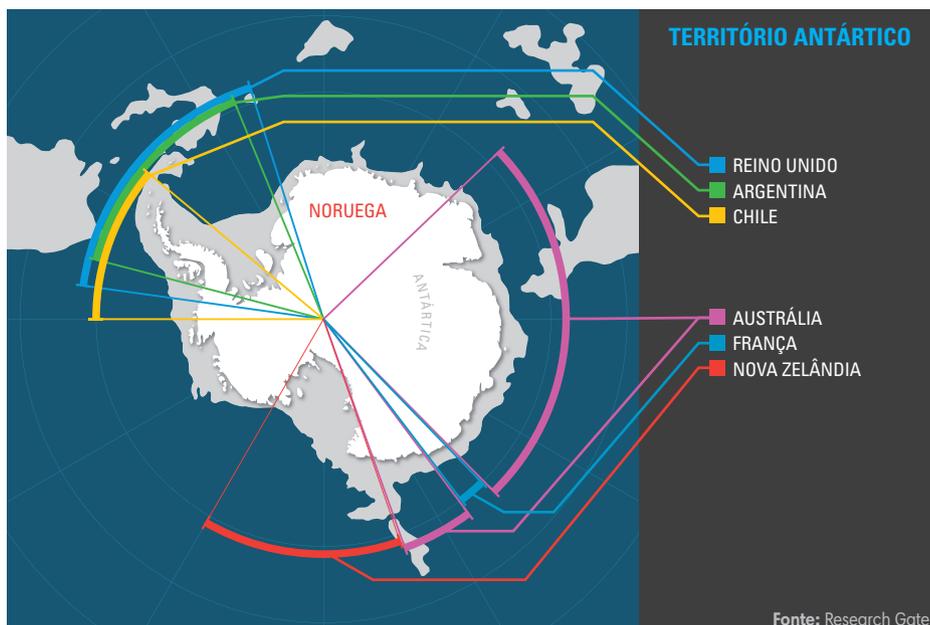
A Antártica é o continente dos superlativos. O mais frio, alto, seco e ventoso do planeta. Se fosse um país seria o segundo maior do mundo, somente atrás da Rússia, com uma área total de 13.661.000 km², equivalente a 1,6 vez a área total do Brasil. Em termos de riquezas minerais, estima-se que a Antártica seja abundante em petróleo, gás, cobre, urânio, entre outros minerais de grande valor comercial. Isso sem falar que possui 70% da água doce do planeta. É o único continente que não possui população autóctone e também, o último a ser efetivamente explorado. No verão são cerca de 5 mil pessoas, entre operadores das estações e cientistas, e no inverno esse número cai para 1 mil em todo continente.

Historicamente, o primeiro a avistar efetivamente a Antártica foi o oficial da Marinha russa Fabian Bellinghausen, em 28 de janeiro de 1820. A caça predatória de mamíferos marinhos (o óleo das baleias e a pele das focas) foi o maior atrativo para os exploradores desse continente durante, praticamente, todo o século XIX.

A primeira estação de pesquisa permanente na área do Tratado da Antártica (ao sul do paralelo 60°S) foi a Base Órcadas, da Argentina, inaugurada em fevereiro de 1904. Os argentinos mantêm a base operando ininterruptamente até os dias de hoje, cuja data da inauguração, 22 de fevereiro, passou a ser considerada como o “Dia da Antártida Argentina”, a partir de um decreto presidencial de 1974.

Em 1908, o Reino Unido fez a primeira reivindicação de território no continente antártico. Após o término da Primeira Guerra Mundial, reivindicaram territórios a Nova Zelândia, em 1923; a França, em 1924; a Austrália, em 1933; a Noruega, em 1939; e, em 1940, Argentina e Chile. A parcial coincidência nos setores da Argentina e Reino Unido levou os dois países a uma série de incidentes no final dos anos 1940 e na primeira metade dos anos 1950, o que motivou a comunidade internacional a tentar uma solução jurídica para o continente, ainda sem soberania plenamente definida.

De julho de 1957 a dezembro de 1958, 12 países realizaram pesquisas na Antártica durante o Ano Geofísico Internacional (AGI), critério que foi considerado pelos Estados Unidos para definir quais países participariam da conferência de Washington, que levou à assinatura do Tratado da Antártica em dezembro de 1959. O Brasil participou do AGI, quando instalou um Posto Oceanográfico da Marinha na Ilha da Trindade, em 1957, mas não realizou pesquisas antárticas, pois não tínhamos meios nem experiência para operar em regiões polares. Por isso que o país não foi convidado para Conferência de Washington.



membro consultivo em 1983, no governo do Presidente João Figueiredo, após ter realizado sua primeira expedição ao continente gelado no verão de 1982-1983. A Estação Antártica “Comandante Ferraz” foi inaugurada em fevereiro de 1984, passando a ser permanentemente ocupada a partir de fevereiro de 1986. Em 2012, ano do incêndio que destruiu a EACF, uma atualização da Política Nacional de Defesa, o documento de mais alto nível da Defesa brasileira, passou a considerar a Antártica como parte do Entorno Estratégico Brasileiro (região onde o país pretende exercer um maior protagonismo nas diferentes expressões do poder nacional), juntamente com a América do Sul e a Costa Ocidental da África, reafirmando o compromisso do nível político-estratégico com nossa presença no sexto continente.

De julho de 1957 a dezembro de 1958, doze países realizaram pesquisas na Antártica durante o Ano Geofísico Internacional (AGI), critério que foi considerado pelos Estados Unidos para definir quais países participariam da conferência de Washington, que levou à assinatura do Tratado da Antártica em dezembro de 1959. O Brasil participou do AGI, quando instalou um Posto Oceanográfico da Marinha na Ilha da Trindade, em 1957, mas não realizou pesquisas antárticas, pois não tínhamos meios nem experiência para operar em regiões polares. Por isso que não foi convidado para Conferência de Washington.

Após a inauguração da nova estação, cabe refletirmos brevemente sobre a presença do Brasil na Antártica e o futuro do continente gelado.

Após a inauguração da nova estação, cabe refletirmos brevemente sobre a presença do Brasil na Antártica e o futuro do continente gelado.

PERSPECTIVAS PARA O SEXTO CONTINENTE

O Tratado da Antártica é composto de 14 artigos, destacando-se: o uso da Antártica para fins pacíficos, sendo proibido qualquer teste de armas, instalação de bases militares ou a realização de exercícios militares, incluindo testes de armamento de qualquer natureza; a presença de militares e materiais de caráter militar permitida apenas em benefício à pesquisa científica ou para qualquer outro propósito pacífico; a liberdade de pesquisa científica na região; a facilitação da cooperação internacional na Antártica; e o congelamento das reivindicações territoriais anteriores ao Tratado (não foram reconhecidas, mas não deixaram de existir).

Todos os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, países que são potências econômicas e militares (inclusive nucleares), são membros consultivos do Tratado e possuem mais do que uma estação permanente no continente antártico (China – 2; EUA – 3; França – 2; Reino Unido – 1 e Rússia – 5). Além desses cinco, cabe mencionar a presença da Índia, outra potência econômica e militar (com poder nuclear), com duas estações permanentes, e que se tornou membro consultivo na mesma ocasião que o Brasil, em 1983. Desses países, a China e a Índia possuem as duas maiores populações do planeta (a ONU estima que em 2050 terão juntos 3 bilhões de habitantes, de um total de 9,7 bilhões) e já são, respectivamente, o primeiro e o terceiro maiores consumidores de energia do mundo. Com a previsão de aumento em 50% do consumo total de energia do planeta até 2050, comparado com 2018, será muito difícil a manutenção do continente antártico como um território livre da prospecção mineral, como estabelecido no Protocolo de Madri, de 1991, sendo China e Índia, muito provavelmente, os maiores interessados pela mudança do regime, pois deverão ser os maiores consumidores de energia. Além do interesse na prospecção mineral, não apenas de gás e petróleo, mas também de outros minérios estratégicos como urânio, lítio etc., a Antártica, por defrontar os três mais im-

Desde 1961, quando o Tratado entrou em vigor, outros 17 países se tornaram membros consultivos, com direito a voto e veto em todos os assuntos tratados nas Antarctic Treaty Consultive Meetings (ATCM). Além desses 29 países (os 12 originais mais os 17), outros 25 países possuem o *status* de observadores nas ATCMs por terem aderido ao Tratado, mas não têm direito a voto.

O Brasil aderiu ao Tratado da Antártica em maio de 1975, por decisão do Presidente Ernesto Geisel, e se tornou

e em particular, ao regional, vindo a comprometer o agronegócio brasileiro, importante parcela de nossa balança comercial, bem como aumentar a oferta de recursos minerais no mercado internacional, o que também não seria financeiramente positivo para o Brasil. A presença de bases militares na Antártica, especialmente de uma das potências nucleares, posicionadas no setor que defronta o Atlântico Sul, traria um aumento da insegurança dentro do Entorno Estratégico Brasileiro.

Para nos tornarmos protagonistas na Antártica, somente com o aumento de nossa presença, instalando outras estações, bem como incrementando nossas pesquisas científicas. Num continente impedido de ser explorado comercialmente e sem a presença de bases militares, é a Ciência o grande instrumento do poder nacional dos países que lá estão. Levando em consideração que conhecimento é poder, devemos aumentar o nosso conhecimento daquele continente para podermos garantir que sejamos ouvidos, caso o Protocolo de Madri venha a ser rediscutido no âmbito dos países membros consultivos.

Com as inúmeras carências de recursos orçamentários para atender todas as demandas em nosso próprio território nacional, pensar em aumentar a presença brasileira na Antártica parece um contrassenso. Apenas com o aumento dos debates geopolíticos e a inserção do tema “Geopolítica Antártica” nos currículos dos diversos cursos superiores e de pós-graduação nas áreas como Defesa, Direito, Relações Internacionais e os das Ciências ligadas às pesquisas antárticas, poderemos formar uma massa crítica consciente sobre os riscos de não aumentarmos nosso protagonismo no Sexto Continente.

portantes oceanos do planeta (Atlântico, Índico e Pacífico), tem uma posição estratégica para instalação de bases para apoio a submarinos balísticos, para lançamento de mísseis e para observações astronômicas e controle de satélites (a estação científica chinesa de Kunlun, a 4 mil metros de altitude, é considerada uma das mais bem posicionadas do mundo). Sem mencionar o interesse pela água doce, correspondente a 70% do total do planeta, já existindo projetos de reboque de *icebergs* para países do Oriente Médio e para a África do Sul.

O Brasil é o sétimo país mais próximo do continente antártico. Não interessa a nós que o atual regime de não exploração mineral e de não instalação de bases militares seja alterado. Somos um país autossuficiente em água e recursos minerais, inclusive exportador de muitos deles. Qualquer alteração no regime antártico pode trazer danos ao meio ambiente global,

Referências:

ANTARCTIC information. **Council of Managers of National Antarctic Programs**. 2020. Disponível em: <<https://www.comnap.aq/antarctic-information/>>. Acesso em: 13 maio 2020.

COOL Antarctica, **Facts**. Disponível em: <http://www.coolantarctica.com/Antarctica%20fact%20file/fascinating_facts_about_antar.htm>. Acesso em: 13 maio 2020.

DAY, David. **Antarctica: a biography**. New York: Oxford University Press, 2013.

MARINHA DO BRASIL. **Programa Antártico Brasileiro**. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/proantar>>. Acesso em: 13 maio 2020.

MATTOS, Leonardo Faria de. **O Brasil e a adesão ao tratado da Antártica: uma análise de política externa no governo Geisel**. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos). Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Estudos Estratégicos, 2015.

SECRETARIAT OF THE ANTARCTIC TREATY. Disponível em: <https://www.ats.aq/index_e.html#>. Acesso em: 13 maio 2020.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **Annual Energy Outlook 2020**. Disponível em: <<https://www.eia.gov/outlooks/aeo/pdf/AEO2020%20Full%20Report.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2020.